



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E AGRÁRIAS – CCHA
DEPARTAMENTO DE LETRAS E HUMANIDADES – DLH
CURSO: LICENCIATURA PLENA EM LETRAS**

**A DISCURSIVIZAÇÃO DO SUJEITO MULHER MILITAR NO *INSTAGRAM*:
*ANÁLISE DE RELATOS DO PERFIL @CAMILAPAIVABM.***

IVANA SOARES CAVALCANTE

CATOLÉ DO ROCHA – PB

2020

IVANA SOARES CAVALCANTE

**A DISCURSIVIZAÇÃO DO SUJEITO MULHER MILITAR NO *INSTAGRAM*:
ANÁLISE DE RELATOS DO PERFIL @CAMILAPAIVABM.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Letras e Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba – *Campus IV*, como um dos requisitos para obtenção do grau em Licenciatura Plena em Letras.
Orientador: Me. Izaías Serafim de Lima Neto

CATOLÉ DO ROCHA – PB

2020

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

C376d

Cavalcante, Ivana Soares.

A discursivização do sujeito mulher militar no instagram: a análise de relatos do perfil @camilapaivabm.

[manuscrito] :

/ Ivana Soares Cavalcante. - 2020.

37 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras Português) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e Agrárias , 2021.

"Orientação : Prof. Me. Izaías Serafim de Lima Neto ,
Departamento de Letras e Humanidades - CCHA."

1. Mulher. 2. Relações de poder. 3. Foucault. 4. Relatos de experiência. 5. Machismo. 6. Sujeito mulher. I. Título

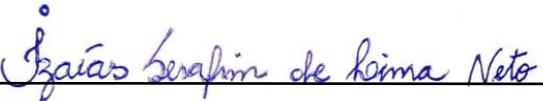
21. ed. CDD 306.7

IVANA SOARES CAVALCANTE

**A DISCURSIVIZAÇÃO DO SUJEITO MULHER MILITAR NO *INSTAGRAM*:
ANÁLISE DE RELATOS DO PERFIL @CAMILAPAIVABM.**

Aprovada em: 30/11/2020

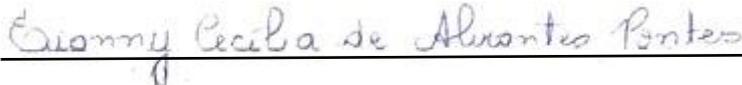
BANCA EXAMINADORA



Prof. Me. Izaías Serafim de Lima Neto – UEPB/CAMPUS IV
(Orientador)



Profa. Ma. Ana Paula Lima Carneiro – UEPB/CAMPUS IV
(Examinadora)



Profa. Ma. Eianny Cecília de Abranches Pontes e Almeida – UEPB/CAMPUS IV
(Examinadora)

AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho, primeiramente a Deus, por me dar força, coragem e não me deixar desanimar mesmo com todas as dificuldades enfrentadas.

Aos meus pais **Fabiana e Ivan**, pelas palavras de força, pelos incentivos e inspiração que auxiliaram no meu percurso nessa jornada.

Aos meus irmãos **Patrick, Bruna e Ivan Junior e toda minha família** que sempre me inspirou a lutar pelos meus objetivos e me deu todo suporte necessário para conquistar meus sonhos.

Ao Campus IV, em especial ao **Departamento de Letras** por me receberem de braços abertos e me proporcionarem dias de aprendizagem muito importantes para minha formação.

Ao Centro Acadêmico, o movimento estudantil que me ajudou a crescer como cidadã, buscando sempre a garantia dos nossos direitos enquanto estudantes, que mesmo com toda a responsabilidade e estresses, sempre me proporcionou momentos de cultura e aprendizado, os quais sou extremamente grata.

Aos **meus professores**, que com muita paciência e sabedoria me ensinaram, não só a como ser uma futura docente, mas como ser também um membro ativo da sociedade e que luta pelo que é certo.

Ao professor **Izaías Serafim de Lima Neto** pela orientação, pela paciência e pela dedicação, pois sem seu auxílio a realização desse trabalho não seria possível.

À **Marta**, minha mãe de uma das minhas vidas passadas, nosso reencontro nessa nova realidade me marcou para toda a vida, mesmo com todas as brutalidades e puxões de orelha durante essa jornada você me proporcionou momentos de aprendizado, obrigada por tanto.

À todos os meus amigos, em especial **Rhaislla, Tuane, Alice, Italo, Rawana, Roberta e Silvester**, por toda a paciência, suporte e cuidado que tiveram comigo no decorrer da minha jornada universitária.

A todos vocês a única palavra que consegue expressar meus sentimentos é **gratidão**, sem o auxílio de vocês tudo isso não seria possível.

A DISCURSIVIZAÇÃO DO SUJEITO MULHER MILITAR NO *INSTAGRAM*: ANÁLISE DE RELATOS DO PERFIL @CAMILAPAIVABM.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o modo como o sujeito mulher militar é constituído por meio de contemporâneos com base na teoria de Foucault (2014), Bourdieu (2018), Beauvoir (2016) entre outros teóricos. A pesquisa objetiva examinar as relações de poder, bem como os modos de constituição da figura feminina que sobrepõem a mulher aos estigmas da mulher frágil, dócil, inferior à figura masculina. A princípio apresentamos um recorte sobre os estudos que o filósofo francês Michel Foucault realizou acerca das relações de poder, dominação, bem como das formas de analisar os discursos e, em seguida, contextualizamos de forma sucinta a história das mulheres, os percursos da luta de gênero, bem como da inserção da mulher nas corporações militares. Por fim, fizemos a análise dos relatos selecionados na página do *Instagram* de Camila Paiva (@camilapaivabm), uma Tenente Coronel que dá voz aos abusos sofridos por mulheres militares. Haja vista que o *Instagram* dá voz a mulheres que foram silenciadas durante seu trabalho nessas instituições, dando-nos a possibilidade de analisar pela ótica de teóricos renomados a desigualdade de gênero no que se refere as relações de poder. Temos como objetivos específicos explicar as relações de saber-poder que permitem a irrupção de discursos sobre as mulheres na contemporaneidade, descrever a discursivização do sujeito mulher militar em relatos de si retirados da rede social já mencionada, bem como averiguar como o sujeito mulher militar se subjetiva através dos dados coletados. A pesquisa contribui para demais pesquisadores que busquem na teoria foucaultiana modos de perceber nosso presente e as questões relativas à percepção do machismo e da dominação masculina que ainda são tão vívidos na sociedade.

Palavras-chave: Sujeito mulher; Relações de Poder; Foucault; Relatos de si

ABSTRACT

The present work has as main goal analyze the way the military woman subject is constituted through reports in comments on the instagram page @CAMILAPAIVABM, based on the theory of Foucault (2014), Bourdieu (2018), Beauvoir (2016) among others theorists. The research aims to examine the power relations, as well as the ways of constitution of the female figure that surpass the woman to stigmas of the fragile, docile woman, inferior to the man figure. At first, we will present a snip of the studies that the French philosopher Michel Foucault carried out on the relations of power, domination, as well as the ways of analyzing the discourses, then we briefly contextualize the history of women, the path of gender struggle, and the insertion of women in military corporations. And finally, we do the analyses of selected reports on the Instagram page @camilapaivabm, a Lieutenant Colonel who gives voice to the abuses suffered by military women. Given that Instagram gives a voice to women who were silenced during their work in these institutions, giving us the possibility to analyze from the perspective of renowned theorists the gender inequality when it comes to power relations. In this sense, this research aims to explain power-to-know relations that allow the eruption of speeches about women in contemporaneity, describe the discursivization of the military woman subject in reports of herself taken from the social media Instagram, as well as find out how the military woman subject is subjective through speeches taken from the @camilapaivabm profile. The research contributes to other researchers who seek in Foucault's theory ways of perceiving our present and the issues related to the perception of sexism and male domination that are still alive in our society.

Keywords: Subject woman; Power relations; Foucault; Reports from yourself.

SUMÁRIO

1. Introdução	07
2. DISCURSO E PODER: Conceitos Foucaultianos sobre a intersecção entre esses dois aspectos.	
2.1. O discurso e como analisa-lo	08
2.2. As relações entre sujeito, discurso e poder	11
3. Pelas veredas da história das mulheres	
3.1. Percurso histórico da luta de gênero	16
3.2. As mulheres e o trabalho	22
4. A história das Marias: a dominação, assédio e violência nos relatos de experiência	19
5. Considerações finais	28

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. INTRODUÇÃO

A história das mulheres vem ganhando, cada vez mais, voz na sociedade, através das lutas do movimento feminista no que se refere a equidade de direitos entre os gêneros, uma vez que as desigualdades de gênero são produzidas a partir da perpetuação do sistema de dominação patriarcal dessa sociedade androcêntrica¹ em que estamos inseridos.

Após a revolução tecnológica, as lutas e militância feministas agora ganham um novo espaço que pode dar visibilidade à agenda que seguem, a partir dos mecanismos modernos de disseminação das informações, que dão abertura para novas discussões, debates e indagações sobre o movimento.

Um exemplo dessas redes de comunicação é o *Instagram*, uma rede social criada em 2010 como uma forma de publicar fotos e vídeos dos seus usuários. Baseando-se na popularidade do aplicativo, principalmente nos últimos anos, muitos empreendedores, professores, jornalistas e militantes criam perfis para trabalhar temas específicos sobre suas áreas, para assim informar a população, agindo como propagadores de conhecimento.

A página utilizada como *corpus* deste trabalho pode ser considerada como uma página feminista que busca expor as relações de violência e assédio que as mulheres são sobrepuidas dentro das instituições militares.

Para realizarmos essa análise, temos como base os estudos de Michel Foucault como fundamentais na teoria da análise do discurso, bem como suas teorias sobre o sujeito, os discursos e relações de poder que são exercidos por eles, uma vez que é preciso pensar a relação instituições-relações de poder, como formas de compreender a cultura do poder que influenciam as instituições, fazendo com que sejam perpetuados os sistemas de dominação.

Diante do exposto, pretendemos, com este trabalho, analisar por meio das teorias de Foucault (2014), Bourdieu (2018), Beauvoir (2016) entre outros teóricos, a

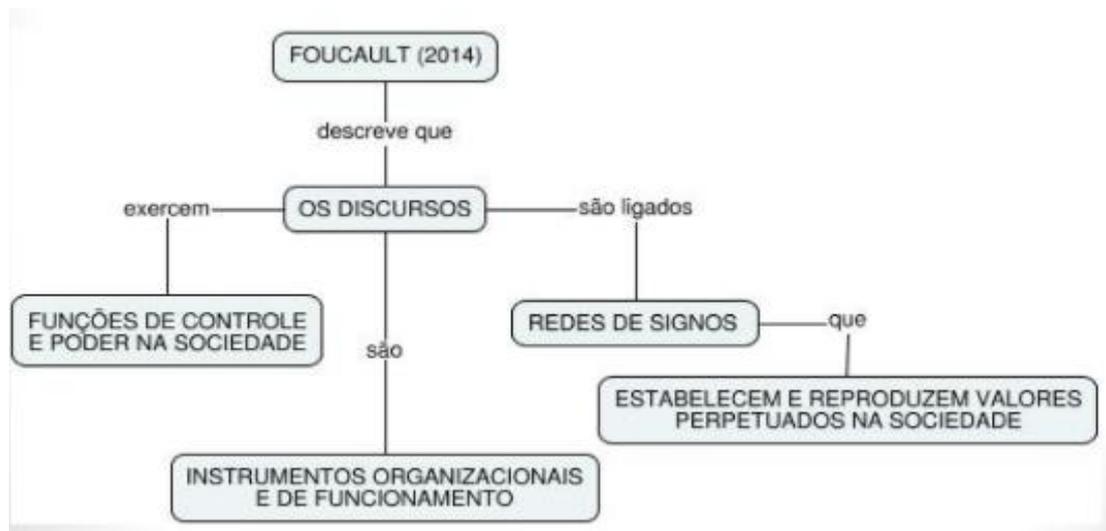
¹ Segundo o filósofo Robson Fernando, o androcentrismo “é a humanidade centrada na figura do homem, do humano macho.” Disponível em <https://take.net/blog/designers/androcentrismo-na-linguagem>.

forma como o sujeito mulher é constituído nos relatos de si dispostos na página do *Instagram* @Camilapaivabm², além de examinar as relações de poder, bem como os modos de constituição da figura feminina que sobrepujam a mulher aos estigmas da mulher frágil, dócil, inferior a figura masculina.

Inicialmente apresentamos um recorte sobre os estudos que o filósofo francês Michel Foucault realizou acerca das relações de poder, dominação, bem como das formas de analisar os discursos. Logo após apresentaremos uma contextualização sucinta sobre a história das mulheres, os percursos da luta de gênero, bem como da inserção da mulher nas corporações militares. Por fim, faremos a análise dos relatos selecionados na página do *Instagram* @camilapaivabm, buscando demonstrar de que forma a mulher é inserida nesses espaços, bem como identificar as diversas formas de violência que estão presentes nos discursos que se direcionam ao papel da mulher no âmbito público das instituições de poder, tendo em vista que esse tipo de estudo pode trazer contribuições sociais no que se refere a percepção do machismo e da dominação masculina que ainda são tão vívidos na sociedade.

2. DISCURSO E PODER: Conceitos Foucaultianos sobre a intersecção entre esses dois aspectos.

2.1. O discurso e como analisa-lo



² Disponível em <https://www.instagram.com/camilapaivabm>

No livro *A Ordem do Discurso* (2014), Foucault descreve que, independentemente de onde se originam, os discursos exercem funções de controle e poder dentro da sociedade onde foram produzidos, dessa forma, o autor afirma que todos os discursos são ligados a uma rede de signos que estabelecem e reproduzem valores que precisam ser perpetuados dentro da sociedade.

Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 2012, p. 8-9)

Ou seja, além de o discurso empregar uma estratégia que pretende uma significação intrínseca ao próprio discurso proferido, ele também é um instrumento organizacional e de funcionamento no qual ocorre a estruturação de um imaginário social, haja vista que ele passa por um processo onde deixa de ser um representante dos sentidos pelos quais se luta, passando a ser considerado como objeto de desejo, em que o discurso passa do plano discursivo para o plano social, dessa forma, a reprodução e a dominação passam a ser frutos inerentes de seu poder.

O conceito foucaultiano do discurso apresenta três mecanismos externos de exclusão, sendo eles a **interdição**, que se refere tanto ao direito e privilégio de quem fala, quanto ao tabu do objeto discursivo, no qual se revela a relação discurso-poder; a **separação** que se relaciona com a rejeição do discurso proferido por aquele que o articula de forma que não se enquadre no contexto de “verdade” aceitável pela sociedade, e por último, mas não menos importante, a **vontade de verdade**, que se relaciona com a validação “no verdadeiro”, ou seja, é a verdade que é aceita por um grupo social específico por não alterar o *status quo* da sociedade. (FOUCAULT, 2014, p. 9)

Foucault (2014) estabelece alguns princípios que são sugeridos como métodos para análise do discurso. O primeiro é a inversão, que adota uma postura crítica frente ao discurso, objetivando o recorte estratégico do texto para a inversão do significado proposto, negando-o e colocando em evidência os seus significantes. De acordo com Foucault (2014, p. 49) “É preciso reconhecer, ao contrário, o jogo negativo de um recorte e de uma rarefação do discurso”.

O segundo princípio é o de descontinuidade, sendo este subjugado ao conhecimento genealógico do discurso. Com ele, a leitura atenta dos discursos

juntamente com a evidenciação da rarefação, percebe-se que não há a existência de um contínuo de verdade evolutiva nos discursos. Segundo o autor supracitado, “os discursos devem ser tratados como práticas descontínuas, que se cruzam por vezes, mas também se ignoram ou se excluem (FOUCAULT, 2014, p. 50)”.

O terceiro princípio é o de especificidade, no qual o discurso pronunciado por autores não torna os significados propostos verdades universais e absolutas. Dessa forma, não aceita facilmente as proposições “no verdadeiro” como coautoras de nossos conhecimentos, pela vontade de verdade, dispostos a partir dos discursos prévios inspiradores do eixo logofilia-logofobia³.

Deve-se conceber o discurso como uma violência que fazemos às coisas, como prática que lhes dispomos em todo o caso; e é nesta prática que os acontecimentos do discurso encontram seu princípio de sua regularidade (FOUCAULT, 2014, p. 50).

O quarto princípio é o de exterioridade, em que o objetivo é o de fixar as fronteiras do discurso, primeiramente no próprio discurso, restringindo a busca por um núcleo de verdades significativas, e pretendendo a busca pela compreensão das redes de significantes exteriores e sobrepostas ao discurso analisado.

Não passar do discurso para o seu núcleo interior e escondido [...] mas, a partir do próprio discurso, de sua aparição e de sua regularidade, passar às suas condições externas de possibilidade, àquilo que dá lugar à série aleatória desses acontecimentos e fixa suas fronteiras (FOUCAULT, 2014, p. 50-51).

Na perspectiva Foucaultiana de análise do discurso, é necessário que a interpretação desses discursos seja ligada inteiramente à análise do que foi dito, ou seja, é preciso trabalhar o próprio discurso, haja vista que para o autor, é fundamental se desvencilhar do olhar para o discurso como mera representação de signos que expressam um pensamento distorcido da realidade, trazendo à tona seus significados ocultos por meio dos enunciados.

Analisar uma formação discursiva é [...] pois, em um sentido, pesar o "valor" dos enunciados. Esse valor não é definido por sua verdade, não é avaliado pela presença de um conteúdo secreto; mas caracteriza o lugar deles, sua capacidade de circulação e de troca, sua possibilidade de transformação, não apenas na economia dos discursos, mas na administração, em geral, dos recursos raros. Assim concebido, o discurso deixa de ser o que é para a atitude exegética:

³ Segundo Foucault (2014) logofilia: sentimento gerado pela educação familiar e social, que nos faz acreditar em um maniqueísmo entre o verdadeiro e o falso, em que se há um núcleo validado, será possível encontrar uma verdade, caso contrário haverá o falso, o erro. Já a Logofobia é o sentimento de receio gerado pela angústia de não ter um discurso próprio, individualizado, validado e por consequência, inserido no verdadeiro.

tesouro inesgotável de onde se podem tirar sempre novas riquezas, e a cada vez imprevisíveis; providência que sempre falou antecipadamente e que faz com que se ouça, quando se sabe escutar, oráculos retrospectivos; ele aparece como um bem - finito, limitado, desejável, útil - que tem suas regras de aparecimento e também suas condições de apropriação e de utilização; um bem que coloca, por conseguinte, desde sua existência [...] a questão do poder; um bem que é, por natureza, o objeto de uma luta, e de uma luta política (FOUCAULT, 2008, p. 136-137).

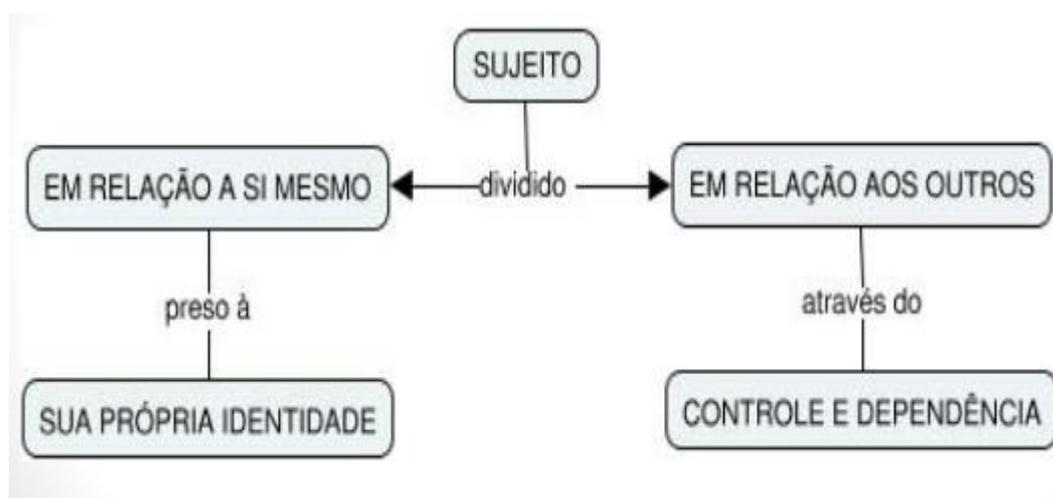
Dessa forma, ao realizarmos a análise dos relatos sobre a discursivização da mulher militar em sua constituição na sociedade, seguindo a perspectiva foucaultiana, estaremos interpretando para além do texto, explorando ao máximo o que foi dito e identificando que na produção desses discursos, estão relacionados intrinsecamente os aspectos histórico, cultural e político que formam a base para o poder do discurso, haja vista que, segundo Foucault (2014), o próprio discurso põe em funcionamento os enunciados e as relações intrínsecas a ele, apreendendo além das palavras, as relações históricas, sociais e de práticas concretas que estão na subjetividade do discurso.

Assim, é necessário começar uma análise a partir do seguinte questionamento: “como?”, não no sentido de manifestação da ação, mas para entendermos como os indivíduos exercem seu poder sobre si e sobre os outros. Sendo fundamental distinguir as formas de “poder” entre aquele poder exercido por nós sobre as coisas, “um poder que remete a aptidões diretamente inscritas no corpo ou mediatizadas por dispositivos instrumentais” e o poder que coloca em jogo as relações entre os indivíduos, sendo este o poder

poder que coloca em jogo as relações entre os indivíduos, sendo este o poder “que designa relações entre “parceiros” (entendendo-se por isto não como um sistema de jogo, mas apenas – e permanecendo, por enquanto, na maior generalidade – um conjunto de ações que se induzem e se respondem umas às outras)” (FOUCAULT, 2009, p. 240).

Desse modo, os discursos não são temporariamente contínuos, restituindo assim seu caráter aleatório e entendendo que o imaginário, refletido nos significantes manifestados no discurso, justamente por ser imaginário, não atinge as categorias universais, levando o autor a organizar quatro princípios fundamentais e reguladores para a análise do discurso (FOUCAULT, 2009).

2.2 As relações entre sujeito, discurso e poder



Para Foucault (2009), o sujeito, como objeto de pesquisa, é dividido em relação a si mesmo, preso a sua própria identidade por uma consciência, e aos outros, através do controle e da dependência, assim, o sujeito humano é colocado nas relações de produção e significação, bem como nas complexas relações de poder. O autor afirma ainda que é preciso estender as dimensões da definição de poder para estudar a objetivação do sujeito. Dessa forma, esses estudos devem implicar em um pensamento crítico de verificação constante, observando primeiramente as necessidades conceituais, sendo elas compreendidas através da fundamentação de uma teoria do objeto, conhecendo as condições históricas da situação presente; em segundo plano deve-se verificar o tipo de realidade em que se está inserido, observando os mecanismos, as ideologias e os artifícios de uma racionalidade política vivida em um determinado contexto.

Sobre as relações de poder, Foucault (2009, p. 234), afirma que

uma outra forma de prosseguir em direção a uma nova economia das relações de poder, que é mais empírica, mais diretamente relacionada à nossa situação presente, e que implica relações mais estreitas entre a teoria e a prática [...] ela consiste em usar esta resistência como catalisador químico de modo a esclarecer as relações de poder, localizar sua posição, descobrir seu ponto de aplicação e os métodos utilizados. Mais do que analisar o poder do ponto de vista de sua racionalidade interna, ela consiste em analisar as relações de poder através do antagonismo das estratégias. (FOUCAULT, 2009, p. 234)

Vale salientar que para Foucault (2009) é necessário definir as semelhanças entre as lutas antiautoritárias, desenvolvidas a partir das oposições aos poderes do

homem sobre a mulher, dos pais sobre os filhos, da medicina sobre a população, etc. O autor afirma que essas lutas são transversais, a partir do momento que não são limitadas a um único país, podendo ser desenvolvida facilmente de forma mais abrangente por não estarem delimitadas a uma forma governamental específica de política e de economia.

Outro ponto afirmado pelo filósofo é o de que essas lutas são imediatas, tanto pelo fato de criticarem as instâncias de poder que exercem suas ações sobre os sujeitos, bem como pelo fato de não buscarem uma solução para os problemas sociais no futuro, além de questionarem o estatuto do indivíduo, que por um lado afirmam o direito à diferença que os tornam verdadeiramente únicos, e por outro lado fragmentam e separam o sujeito em sua relação aos outros, forçando-o a voltar para si mesmo (FOUCAULT, 2009).

Cabe destacar também que o autor apresenta pontos fundamentais para o entendimento eficaz sobre o sujeito e sua relação tanto com a sociedade, tanto com o saber, quanto com o poder exercido através dela para si. De acordo com Foucault (2009), as lutas contra os privilégios do saber são uma oposição aos efeitos de poder que se relacionam com o saber, questionando a maneira pela qual o saber circula e funciona, bem como suas relações com o poder.

Foucault (2009, p. 235) destaca ainda que

Esta forma de poder aplica-se à vida cotidiana imediata que categoriza o indivíduo, marca-o com sua própria individualidade, liga-o à sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que os outros têm que reconhecer nele. É uma forma de poder que faz os indivíduos sujeitos. Há dois significados para a palavra sujeito: sujeito a alguém pelo controle e dependência, e preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e torna sujeito. (FOUCAULT, 2009, p. 235).

Segundo Foucault (2009), existem três tipos de lutas: a contra a dominação, seja étnica, social ou religiosa, que aparece, por exemplo, nas sociedades feudais; contra as formas de exploração que separam os indivíduos daquilo que produzem, surgindo em meados do século XIX; e contra as formas de sujeição e submissão, que se opõe àquilo que liga o indivíduo a si mesmo e o submete aos outros, e que atualmente estão em evidência, tornando-se progressivamente mais importante, uma vez que ainda existem lutas contra as formas de dominação.

Essas lutas se ligam diretamente em busca de uma nova subjetividade, de uma identidade, sendo conceituada como uma forma de poder exercido sobre a vida cotidiana naquele momento. Essa luta tende a prevalecer atualmente em consequência do surgimento de uma nova forma estrutural política, o Estado, sendo este considerado uma forma de poder tanto individualizante quanto totalizadora, em decorrência da integração de uma forma política estabelecida, *a priori*, nas instituições religiosas, como as Igrejas católica e protestante, o chamado “poder pastoral”. Sobre tais aspectos, temos a seguinte discussão:

O cristianismo é a única religião a se organizar como uma Igreja. E como tal, postula o princípio de que certos indivíduos podem, por sua qualidade religiosa, servir aos outros não como príncipes, magistrados, profetas, adivinhos, benfeitores e educadores, mas como pastores. [...] Essa forma de poder é orientada para a salvação (por oposição ao poder político). É oblativa (por oposição ao princípio da soberania); é individualizante (por oposição ao poder jurídico); é co-extensiva à vida e constitui seu prolongamento; está ligada à produção da verdade – a verdade do próprio indivíduo. (FOUCAULT, 2009, p. 237).

Por conseguinte, entendemos que, de acordo com Foucault (2009), considera-se o Estado Moderno como uma nova matriz da individualização ou como uma nova forma de poder pastoral. Isto implica dizer que sendo enxergado “como uma estrutura muito sofisticada, na qual os indivíduos podem ser integrados sob uma condição: que a esta individualidade se atribuísse uma nova forma, submetendo-a a um conjunto de modelos muito específicos.” (FOUCAULT, 2009, p. 237) e concluindo que o motivo da nossa estabilização no modelo de poder moderno é um problema político, ético social e filosófico que consiste na tentativa de nos desligarmos tanto do Estado quanto dos tipos de individualização que ele se liga.

Em *A Microfísica do Poder*, Foucault (2019) afirma que o poder não é uma manifestação isolada, mas que pode ser caracterizado a partir de sua inserção em uma complexa rede de manifestações no contexto das relações humanas. O autor apresenta três formas prevalentes de compreender a relação do poder nos discursos, denominando-as “poder soberano” sendo esta baseada na soberania jurídica e política originada nas monarquias e nos sistemas feudais, analisando-o a partir das lentes da relação dominação-repressão que se liga inteiramente à oposição legítimo e ilegítimo; o “poder disciplinar” que é instaurado nas instituições de vigilância e prisões existentes na sociedade, sendo esta uma forma pura e legítima de poder, a qual é analisada a partir da perspectiva guerra-opressão que se trata das questões

entre luta e submissão; e por fim o “biopoder” sendo este associado ao controle das ações voltadas às experiências biológicas do ser humano, permitindo a governabilidade.



Assim, podemos conceituar o poder como

um conjunto de ações sobre ações possíveis; ele opera sobre o campo de possibilidade onde se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos; ele incita, induz, desvia, facilita ou torna mais difícil, amplia ou limita, torna mais ou menos provável; no limite, ele coage ou impede absolutamente, mas é sempre uma maneira de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto eles agem ou são suscetíveis de agir. Uma ação sobre ações (FOUCAULT, 2009, p. 243).

A partir da definição de poder como um modo de ação sobre outras possíveis ações, compreende-se que este só pode ser exercido sobre sujeitos livres, entendendo-os como sujeitos individuais ou coletivos que têm à disposição uma gama de possibilidades, condutas, reações e modos comportamentais para agir.

Neste jogo, a liberdade aparecerá como condição da existência do poder (ao mesmo tempo sua pré-condição, uma vez que é necessário que haja liberdade para que o poder se exerça, e também seu suporte permanente, uma vez que ela se abstraísse inteiramente do poder que sobre ela se exerce, por isso mesmo desapareceria, e deveria buscar um substituto na coerção pura e simples da violência); também ela aparece também como aquilo que só poderá se opor a um exercício de poder que tende, enfim, a determiná-la inteiramente (FOUCAULT, 2009, p. 244).



Posteriormente, é importante distinguir também as relações entre poder, comunicação e capacidades objetivas, que transmitem uma informação através de uma língua, de uma rede de signos ou de meios simbólicas que se interligam, mesmo que não sejam coordenadas uniformemente. Considera-se que dificilmente haverá um equilíbrio entre os sistemas de comunicação e as relações de poder, tal qual vemos a seguir:

Não há, numa sociedade dada, um tipo geral de equilíbrio entre as atividades finalizadas, os sistemas de comunicação e as relações de poder. Há, antes, diversas formas, diversos lugares, diversas circunstâncias ou ocasiões em que estas inter-relações se estabelecem sobre um modelo específico. Porém, há também “blocos” nos quais o ajuste das capacidades, os feixes de comunicação e as relações de poder constituem sistemas regulados e concordes (FOUCAULT, 2009, 241).

Em consequência disso, estas relações constituem o que podemos apresentar como o processo de disciplinarização das sociedades. Tal processo foi adquirido a partir de um ajuste cada vez mais controlado, mais racional e econômico tanto entre as atividades produtivas quanto entre as redes de comunicação e o jogo entre as relações de poder.

A disciplina só funciona por meio de procedimentos muito específicos, como por exemplo, o controle dos espaços através de regulamentos minuciosos, das inspeções e do controle do corpo nas instituições de poder; a organização do tempo que tem como consequência a regulamentação sobre os ciclos de repetição; a vigilância contínua, ininterrupta, e exposta como perpétua; e a produção do saber, bem como a continuidade dos registros de conhecimento que geram o poder (FOUCAULT, 1991).

Desse modo, entendemos que as relações de poder são inerentes à sociedade e em consequência disso é possível que os indivíduos e as instituições detentoras de poder consigam agir sobre a ação das outras pessoas, mas é preciso pensar no vínculo das instituições com as relações de poder, não como criadoras destas, mas buscando compreender a cultura do poder que influenciam as instituições.

Não se trata de negar a importância das instituições na organização das relações de poder. Mas de sugerir que é necessário, antes, analisar as instituições a partir das relações de poder, e não o inverso; e que o ponto de apoio fundamental destas, mesmo que elas se incorporem e se cristalizem numa instituição, deve ser buscado aquém (FOUCAULT, 2009, p. 245).

Por conseguinte, o autor afirma que as relações de poder devem ser analisadas também sob o olhar voltado a inserção do indivíduo enquanto cidadão, ou seja, observando, do ponto de vista político, que estamos inseridos em uma sociedade, portanto o aspecto histórico deve ser bem estudado, haja vista que nenhum poder é absoluto e imutável, pelo contrário está em constante transformação. Compreendendo, dessa forma, que toda relação de poder opera os sistemas das diferenciações que permitem a ação sobre a ação dos outros; bem como os indivíduos que sobrepõem suas ações às dos outros têm tipos de objetivos específicos, como por exemplo, a manutenção dos privilégios sociais; além também da utilização das modalidades instrumentais, que buscam atingir seus objetivos através da ameaça ao uso de armas, ou do efeito das palavras.

Outros pontos são identificados por Foucault (2009, p. 246) como importantes para a análise das relações de poder, como as formas de institucionalização que permitem

Misturar dispositivos tradicionais, estruturas jurídicas e fenômenos de hábito ou de moda [...] como podem também formar sistemas muito complexos, dotados de aparelhos múltiplos, como no caso do Estado que tem por função constituir o invólucro geral.

Assim como os graus de racionalização que compreendem o funcionamento e o exercício das relações de poder como um fato bem elaborado, mutável, organizado e dotado de procedimentos mais ou menos ajustados.

No que se refere às relações de poder e relações estratégicas, é visto que estas podem ser empregadas em três sentidos. O primeiro para designar uma ou manter um dispositivo de poder, chamado “estratégia de poder”, que constituem

modos de ação possíveis sobre os outros, nos propondo decifrar os mecanismos utilizados nas relações de poder.

Outro ponto abordado é sobre as estratégias de confronto que entram em conflito com as relações de poder, haja vista que não há poder absoluto e, implicando no surgimento nas estratégias de luta que buscam tornarem-se relações de poder. Conforme afirma,

Em suma, toda estratégia de confronto sonha em tornar-se relação de poder; e toda relação de poder inclina-se, tanto ao seguir sua própria linha de desenvolvimento quanto ao se deparar com resistências frontais, a tornar-se estratégia vencedora (FOUCAULT, 2009, p. 248).

Por fim, o autor afirma que os fenômenos fundamentais de dominação aparecem em grande parte da história das sociedades humanas, sendo apresentada como:

Uma estrutura global de poder cujas ramificações e consequências podemos, às vezes, encontrar, até na trama mais tênue da sociedade; porém, e ao mesmo tempo, é uma situação estratégica mais ou menos adquirida e solidificada num conjunto histórico de longa data entre adversários. (FOUCAULT, 2009, p. 249)

Portanto, Foucault afirma que ao pensarmos as relações entre sujeito e poder, temos como possibilidade analisar as formas de resistência, descobrir seus pontos de aplicação e os métodos utilizados por ela, focando nas relações de poder através do confronto de estratégias de integração das relações de poder com as relações de estratégia e os efeitos encadeados por eles.

3. PELAS VEREDAS DA HISTÓRIA DAS MULHERES.

3.1. Percurso histórico da luta de gênero

A história das mulheres vem ganhando voz na sociedade através das lutas feministas, que objetivam a equidade de direitos entre os gêneros, partindo do pressuposto de que as desigualdades de gênero são geradas a partir das organizações sociais que perpetuam o sistema patriarcal, sendo este um sistema social injusto que fortalece os papéis de gênero e que é um malefício para ambos os sexos, bem como entendendo o gênero como um dos eixos centrais que organizam as experiências dentro da sociedade.

Durante o século XVI até meados do século XIX a sociedade vivia uma cultura que estabelecia a repressão às minorias e a desigualdade a partir do sistema patriarcal, assim, as mulheres eram consideradas propriedades de qualquer figura masculina que estivesse presente em sua vida, pois eram tidas como inferiores no que se diz respeito às aptidões intelectuais e físicas.

O filósofo grego Aristóteles explica que essa submissão das mulheres aos homens deu-se pela superioridade da autoridade masculina diante das vontades do casal, bem como da necessidade imposta de que as mulheres deveriam se guardar no interior da família, cumprindo o papel de mãe e dando educação aos filhos. Segundo ele, as mulheres não poderiam conduzir seus desejos e as relações com outros, pois quem cumpria o papel de sobrepujá-las era o homem (BARONI, 2020, s/p).

Dessa forma, podemos afirmar que a opressão e subjugação da figura feminina na sociedade aparecem há tempos, bem como surgem em diferentes aspectos. Podemos perceber o papel da mulher em diversos momentos históricos, sua subjugação pode ser percebida, por exemplo, durante o século XIV com a Inquisição na Europa, que prendeu e matou maciçamente mulheres que questionavam o poder do clero, se opunham a hierarquia proposta pelo cristianismo, acusando essas mulheres de serem hereges, feiticeiras, que tinham seus corpos impuros e que deveriam ser condenados.

Sem vínculo com as ordens religiosas, essas mulheres não eram submetidas a qualquer controle e por isso eram consideradas perigosas. [...] A inquisição as perseguiu. [...] Primeiros fogos de um incêndio que iria abrasar a *Europa das Feiticeiras*, sobretudo depois da publicação do *Malleus maleficarum*, dos dominicanos Kraemer e Sprenger [...] Essa enquete, encomendada pela Inquisição, pretendia, ao mesmo tempo, descrever as feiticeiras e suas práticas e dizer o que convinha pensar sobre elas. E devia-se pensar o pior, o que justificava sua condenação ao fogo purificador. (PERROT, 2019, p. 89)

Em contraposição, observando o momento histórico pelo olhar da mulher “feiticeira”, podemos observar que suas reivindicações, suas oposições aos modos de vida cristãos, eram bem definidas, construindo uma resistência ao controle da igreja. Segundo Foucault (2009) em sua teoria sobre o biopoder, existe um aspecto conceituado como *contraconduta*, sendo este uma forma de resistência contra

processos e estratégias de condução da vida, seja ela como coletivo ou como de forma individual.

.Através da contraconduta é possível tanto escapar da conduta dos outros como definir para si mesmo a maneira nova de se conduzir com relação aos outros. Aí está a beleza do conceito: fugir, mas criar alguma coisa no caminho. Fazer fugir, mas se ocupando de abrir espaço para novas possibilidades de existência. (TRINDADE, 2020, s/p).

Durante toda cronologia das sociedades, há a dualidade entre esfera pública e privada, podendo ser compreendidas como uma forma de isolar as políticas das relações de poder na vida cotidiana, negando os aspectos político e conflitivo nas relações de trabalho e nas relações familiares. Assim, pode-se dizer que a esfera privada é ligada inteiramente as relações familiares, na qual a mulher tem o papel essencialmente de cuidadora e doméstica, enquanto a esfera pública se relaciona com a intervenção do Estado, preservando as relações de autoridade que limitaram a autonomia das mulheres, colocando-as em papel de coadjuvantes, dando espaço à naturalização da dominação masculina.



Para tentar, talvez, isentar-se da responsabilidade de ter sido autora da desigualdade social e política, na sociedade, implantou-se uma visão cultural de que a mulher é inferior ao homem e não pela educação que lhe foi negada. Essa mesma visão não igualitária entre os sexos, que preconiza o masculino com base em preconceitos e estereótipos, provavelmente foi a responsável pela consolidação de uma sociedade machista nos séculos XIX e XX. [Na qual] não havia necessidade alguma de conferir à mulher um estatuto político, pois

para a ideologia do século XVIII, o homem era a causa final da mulher. [...] Nota-se a discriminação, consolidada pelo discurso da mulher frágil, emotiva, amorosa, incapaz, portanto, “inferior”, não permitindo o acesso ao conhecimento dessa condição opressiva. (RODRIGUES, s/d, p. 5)

Porém, é impossível dizer que durante esses períodos não existiam grupos de mulheres que lutavam por direitos equitativos dentro da sociedade, mas os direitos dessas épocas eram focados nas carências significativas para sua época, como por exemplo o direito à educação, à vida política, ao divórcio, ao livre acesso ao mercado de trabalho, entre outros.

Nas lutas pelo voto feminino e pelo acesso das mulheres à educação, assim como na exigência de direitos iguais no acesso das mulheres à integridade física e a controlar sua capacidade reprodutiva, o feminismo pressionou os limites da ordem estabelecida, é claro, mas também nas formas de pensar o mundo que a legitimavam. (BIROLI; MIGUEL, 2014, p. 8)

Na sociedade atual, segundo Birolli (2014), as indignações dos grupos feministas contra as formas de dominação masculina por parte do patriarcado abrem as portas para as teorias feministas que discutem as questões de autonomia, igualdade, justiça e democracia, colocando em evidência os pensamentos que mesmo fundamentados a partir das relações de gênero, vão além delas, reorientando os critérios e valores de análises desses espaços, combinando as vertentes dos estudos feministas com a militância pela igualdade de gênero buscando reverter a reprodução dos mecanismos de dominação masculina.

A dominação masculina, por sua vez, é conceituada por Bourdieu (2018) como evidenciada pela razão de não ser necessário haver justificção, uma vez que o gênero masculino é visto como neutro, tanto na linguagem quanto na percepção social, diferentemente do feminino que é caracterizado a partir das construções sociais respaldadas na heteronormatividade e na repressão feminina.

A visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão sexual do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos [...]. (BOURDIEU, 2018, p. 24).

Bourdieu (2018) percebe o corpo como a realidade sexuada em que pode ser depositados os princípios de visão e de divisão sexualizante, aplicando-se em todos os âmbitos sociais e privados, que se baseiam na visão religiosa dos papéis sociais, tendendo, dessa forma, a naturalizar a dominação masculina e apresentando a mulher como propriedade.

3.2. As mulheres e o trabalho:

Segundo Michelle Perrot (2019), podemos afirmar que o trabalho das mulheres acontece desde os primórdios, quando seu trabalho era voltado à esfera privada do cuidado da propriedade e dos filhos, que, mesmo ocorrendo de forma cansativa e rotineira, ainda assim considera-se invisível.

As mulheres sempre trabalharam. Seu trabalho era da ordem do doméstico, da reprodução, não valorizado, não remunerado. As sociedades jamais poderiam ter vivido, ter-se reproduzido e desenvolvido sem o trabalho doméstico das mulheres, que é invisível. (PERROT, 2019, p. 109)

A autora apresenta como o regime assalariado ocorre, a partir da industrialização e do êxodo rural, dando oportunidades de emprego para as mulheres no mercado de trabalho. Partindo desse pressuposto, podemos inferir uma linha cronológica de pensamento de como, historicamente, a mulher surge no mercado.

A figura da mulher camponesa, ligada aos trabalhos rurais, que emerge no período precedente à Segunda Guerra Mundial, surge como uma figura submissa, em relação à hierarquia das sociedades patriarcais, uma vez que, em sua maioria, “se fundem com a família, com os trabalhos e os dias de uma vida rural que parece escapar à história” (PERROT, 2019, p. 110), ou seja, a vida das camponesas era regrada pelos afazeres domésticos e o trabalho com o campo.

A vida das camponesas era regrada pela da família e dos ritmos dos campos. Numa rígida divisão de papéis, tarefas e espaços. Para o homem, o trabalho da terra e as transações do mercado. Para a mulher, a casa, a criação de animais, o galinheiro e a horta, cujos produtos como Perrete, ela vendia na feira. (PERROT, 2019, p. 111)

A inserção da mulher no mercado de trabalho tem início a partir do êxodo rural e da revolução industrial. Em decorrência da Primeira Guerra Mundial, as mulheres

mais velhas ficavam encarregadas de cuidar da propriedade e as mais jovens, em sua maioria, eram enviadas pelos seus pais para trabalhar em outros locais, algumas como criadas em propriedade rural ou na zona urbana por intermédio de algum membro da igreja, do senhor do castelo ou de algum parente, mas também nas fábricas e internatos industriais.

As fábricas empregavam as moças desde os 14 anos. Para tranquilizar as famílias camponesas de onde eram originárias, a supervisão desses internatos foi confiada as religiosas. Foi criada uma ordem especialmente com essa função. A disciplina era estrita, detalhada em seus regulamentos, e a prática religiosa era obrigatória. As moças ali permaneciam por muitos meses sem ir para casa, e suas famílias é que recebiam diretamente o seu salário. Esse dinheiro a mais era muito apreciado e contribuiu para revalorizar a estima das moças na economia familiar. (PERROT, 2019, p. 113)

Segundo Luz (s/d) o trabalho das mulheres torna-se mais acessível aos olhares dos empregadores a partir do processo de industrialização, em que os patrões poderiam pagar salários mais baixos para as mulheres. Bem como, a partir da revolução industrial, na qual foram iniciados os processos tecnológicos de implantação das máquinas, o emprego generalizado das mulheres se torna mais recorrente, uma vez que, por não precisar de esforço físico nas áreas de montagem, tornou-se possível a utilização da mão de obra feminina, que era considerada “meia força”, mesmo que, historicamente possamos perceber a grande contribuição do trabalho feminino na sociedade.

Mesmo com a preferência pela mão de obra feminina pelos empregadores, a mulher sempre foi pouco valorizada na história, tanto na sociedade quanto na sua participação nas relações de trabalho, isto porque a preferência pela mulher no mercado de trabalho era, tão somente, em razão do baixo custo pela sua mão de obra, ainda, a mulher enfrentava a desvantagem de ter a figura masculina sempre em evidência, no entanto, o que se viu foi que a mulher através do seu trabalho contribuiu grandemente para o crescimento e a evolução da sociedade em todos os seus aspectos. (LUZ, s/d, s/p.)

Assim como o trabalho das mulheres no mercado de trabalho, também nas instituições militares, a desigualdade advinda dos papéis de gênero, bem como da posição da mulher nos cargos nas forças armadas, fazem surgir debates acerca das relações de poder que permeiam essas esferas. Segundo Schwether e Pagliari (2017) os papéis de gênero dentro da cultura militar, seguem as mesmas bases ideológicas que são aceitas socialmente e que sobrepujam o trabalho das mulheres, voltando-as para a esfera privada, bem como estigmatizam a figura feminina como frágil e carente, necessitando sempre de uma proteção masculina.

A cultura militar foi historicamente construída pautando-se em conceitos socialmente aceitos que utilizam como base ideológica os papéis de gênero na sociedade. Assim, aqueles mais comumente observados nas sociedades ocidentais contemporâneas, a figura masculina é associada à força, robustez e ao dever de proteger e, em contrapartida, a figura feminina é associada à fragilidade e necessidade de receber proteção. (GUIMARÃES, *et al.*, s/d).



Segundo Camargo (2019), as mulheres ingressavam no serviço militar de forma clandestina, em que se vestiam-se com trajes historicamente tidos como masculinos e simulavam a performance masculina para esconder o gênero feminino e conseguir se inserir no âmbito militar. Temos como exemplo disso muitas mulheres que firmaram suas participações em momentos históricos das guerras naquele contexto, a exemplo de Joana D'arc participando da Guerra dos Cem anos (1337-

1453) da França contra a Inglaterra; Margaret Corbin que lutou no lugar de seu falecido marido durante a Guerra de Independência dos Estados Unidos e Maria Quitéria de Jesus Medeiros, que se alistou clandestinamente para conseguir lutar na Guerra da Independência do Brasil, passando a ser considerada a primeira mulher militar brasileira, instituída como Patrono do Quadro Complementar de Oficiais do Exército Brasileiro em 1996.

Contudo, no Brasil, as mulheres só conseguiram ingressar oficialmente nas instituições militares a partir do interesse interno das instituições objetivando uma redemocratização da sociedade pós-ditadura, uma vez que

a visão de que a entrada de contingentes femininos, por si só, poderia melhorar uma imagem manchada pelos excessos cometidos durante o regime constitui uma evidência das representações de gênero dominantes, em que a mulher é vista através de uma imagem estereotipada, em que predominam características consideradas naturalmente femininas, que amenizariam a imagem de brutalidade deixada pelos sequestros, assassinatos e tortura dos opositores do regime (TARDIN; LIMA; 2015, p. 72-73).

Dessa forma, o ingresso das mulheres nas corporações militares primeiramente se limita a cargos específicos que se separam em corpo auxiliar, no qual é necessário haver uma formação no mundo civil para só depois serem incorporados como militares de carreira, tais como médicos, enfermeiras, psicólogos e professores; e corpo de combate, na qual é necessário obter a formação dentro das Academias Militares, bem como as insere em um contexto que ainda se respalda na dominação masculina no que se refere as relações de poder, condicionando a figura feminina à divisão sexual de gênero.

Segundo Nogueira (2010),

a divisão sócio-sexual ganha sentido ao dar a conotação de hierarquização de gênero, ao redundar no desabonamento do trabalho feminino assalariado, desvalorizando sua força de trabalho e, por sua vez, representa uma aguda e pejorativa fragilização feminina no mundo produtivo, já que “[...] a reprodução das relações sociais capitalistas de produção é também a reprodução da divisão sócio-sexual do trabalho.” (NOGUEIRA, 2010, *apud* OLIVEIRA, S/D, p. 90)

Assim, pode-se verificar que, culturalmente, nas instituições militares, o emprego da figura feminina ainda é designado para tarefas específicas e que são consideradas como próprias do gênero em questão, promovendo a segregação do

gênero feminino em relação à execução de trabalhos específicos, bem como mantendo a manutenção da identidade e dominação masculina, que permanece inalterada por conservar a estabilidade do *status quo* nas corporações.

4. A história das Marias: relatos de experiência em relação a dominação, assédio e violência

Para a análise deste trabalho, fizemos a utilização dos conteúdos midiáticos dispostos na plataforma social *Instagram*, os intitulados “Relatos das Marias” disponíveis no perfil de Camila Paiva, Tenente Coronel do Corpo de Bombeiros de Alagoas – CBMAL, *@camilapaivabm*, no intuito de compreender de que forma o sujeito mulher é visto, atualmente, no processo de inserção e permanência nas instituições militares, norteando nossos estudos na perspectiva histórica que constrói os discursos ali empregados, bem como na perspectiva das relações de poder e dominação sobre o gênero feminino. Assim, devemos considerar alguns aspectos fundamentais para as análises, como por exemplo, a observação e compreensão da forma que o sujeito mulher militar está inserido na esfera pública, nas instituições militares que perpetuam os sistemas de dominação impostas pelos homens.

RELATO 1 – Essa é a história de Maria

Essa é a história de "Maria"!!
ANO:2000

Maria é militar e praça. Após se separar judicialmente, Maria passou a ser assediada por um sargento.

Todos os dias o militar a chamava em sua sala para lhe dizer coisas do tipo: Maria! Você é uma mulher muito bonita! Maria hoje você está... Maria! Você é uma mulher muito jovem para ficar sem um homem. Você possui vontades! Maria! Você é uma mulher jovem, bonita... precisa de um homem para lhe satisfazer...

Indignada Maria disse a ele que exigia respeito, independente de seu estado civil.

Maria ainda relatou o que vinha acontecendo a um colega de setor que a orientou da seguinte forma: quando chamar até a sala dele, não vá. Se for assédio ele nada fará. Caso seja serviço, lhe comunicará disciplinarmente. Maria então não atendeu mais aos seus chamados.

Furioso, o assediador lhe deu uma ordem legal, que prontamente foi cumprida por Maria. Antes que Maria lhe desse retorno do cumprimento da ordem, foi acusada pelo mesmo de não lhe dar o devido retorno e assim Maria foi comunicada disciplinarmente. Ele fez a comunicação disciplinar e Maria fez a queixa, onde relatou todo o assédio. Durante o procedimento, Maria permaneceu no mesmo setor que seu assediador. Maria foi agredida fisicamente ao passar pelo mesmo corredor, o mesmo a empurrou. Maria fez exame de corpo delito. Maria ficou dois dias licenciada. Maria tinha testemunha voluntária da agressão. Final do procedimento, Maria foi punida disciplinarmente. Motivo do enquadramento disciplinar: transtorno administrativo. Maria ainda levou a fama de Melindrosa.

Fonte: Instagram⁴

Neste primeiro relato, vemos a violência contra a mulher, demonstrada em primeiro momento através da importunação e assédio sexual, quando coloca que:

Fragmento 1: *“Todos os dias o militar a chamava em sua sala para lhe dizer coisas do tipo: Maria! Você é uma mulher muito bonita! [...] Maria! Você é uma mulher jovem, bonita... precisa de um homem para lhe satisfazer”.*

Para entendermos as questões do assédio nas instituições militares, devemos considerar a dicotomia existente sobre a binaridade de gênero, ou seja, pensar como as construções sociais são aplicadas em relação aos homens e as mulheres, bem como reconhecer a docilidade dos corpos, que é imposta a partir do pensamento de que esses corpos podem ser submetidos a qualquer ação imposta pelo outro, estando sobrepujados aos desejos do controlador.

Segundo Beauvoir (2016) a designação “mulher” é uma construção sociocultural gerada pela sociedade no decorrer dos tempos, cuja a mulher é vítima da hierarquia patriarcal enraizada na sociedade que reforça as desigualdades entre os gêneros, sendo estas construções discursivas que se manifestam a partir das relações de poder dispostas nas relações humanas, dessa forma, um corpo pode enunciar “sou mulher” e outro não, como afirma Foucault:

Assim, podemos conceituar o poder como um conjunto de ações sobre ações possíveis; ele opera sobre um campo de possibilidade onde se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos; ele incita, induz, desvia, facilita ou torna mais difícil, amplia ou limita, ele coage ou impede absolutamente, mas é sempre uma maneira de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto eles agem ou são suscetíveis de agir. Uma ação sobre ações (FOUCAULT, 2009, p. 243).

⁴ https://www.instagram.com/p/CC_7iy6nJ3q/?igshid=cr17uli3kr5t

Desse modo, perpetuam-se as ideias de que a mulher só está completa quando é propriedade de algum homem, além de normalizar as atitudes sustentadas pelos sistemas de dominação e as relações de poder geradas pelo sargento do relato que tenta impor essa dominação através dos mecanismos de poder.

Outro ponto observável neste relato é sobre o abuso de poder como método de coerção, quando coloca que

Fragmento 2: “*Maria ainda relatou o que vinha acontecendo a um colega de setor que a orientou da seguinte forma: quando chamar até a sala dele, não vá. Se for assédio ele nada fará. Caso seja serviço, lhe comunicará disciplinarmente [...] furioso o assediador lhe deu uma ordem legal, que prontamente foi cumprida por Maria. Antes que Maria lhe desse um retorno do cumprimento da ordem, foi acusada pelo mesmo de não lhe dar o devido retorno e assim Maria foi comunicada disciplinarmente.*”

A partir do fragmento acima, podemos observar dois tipos de poder, a partir das estratégias de manutenção de poder teorizadas por Foucault (2009), sendo eles o **poder disciplinar**, que vigia e controla os espaços e que é analisada a partir da perspectiva guerra-opressão e que trata as questões de luta e submissão e o **biopoder**, que está associado ao controle das ações voltadas às experiências biológicas do ser humano, permitindo a governabilidade, podendo ser observado, no relato, no momento em que o sargento utiliza de sua posição na hierarquia da instituição para obter vantagens sobre a vítima, subjugando-a por estar em uma colocação menos privilegiada que ele, assediando-a.

O abuso sexual não pode ser compreendido apenas como a consumação de um ato sexual ou como a imputação de qualquer outra forma de violência sexual. Este deve ser entendido como instrumento de dominação – um abuso de poder – no qual o que está em jogo vai além da satisfação do desejo sexual. [...] O abuso sexual é, então, não apenas um ato de violência, mas acima de tudo um desejo de dominação (SCHREINER, 2008 *apud* SCARPATI, 2011 p. 11).

Em contrapartida aos mecanismos de manutenção do poder androcêntrico na sociedade, temos as relações de resistência nesse relato, tanto pelo fato de haver uma luta contra a continuidade dos assédios por parte do sargento, como também pela ação de denúncia realizada pela vítima, na tentativa de obter justiça.

Fragmento 3: “*Indignada Maria disse a ele que exigia respeito, independente de seu estado civil*”

Fragmento 4: “Ele fez a comunicação disciplinar e Maria fez a queixa, onde relatou o assédio [...] Maria foi agredida fisicamente ao passar pelo mesmo corredor, o mesmo a empurrou. Maria fez exame de corpo de delito. Maria ficou dois dias licenciada. Maria tinha testemunha voluntária da agressão”

Com relação a estes fragmentos, podemos observar que ambos possuem relações de resistência, sendo elas dotadas de estratégias de confronto, no caso sendo referidos às ações da vítima contra a continuidade dos assédios e a denúncia feita por ela, que conflitam com as relações já impostas pelos sistemas de dominação – o assédio – resultando na criação das estratégias de luta – a denúncia feita após a ação, a visibilidade do relato na mídia, dando voz para um movimento que busca a quebra desses paradigmas perpetuados pela sociedade patriarcal.

Em suma, toda estratégia de confronto sonha em tornar-se relação de poder; e toda relação de poder inclina-se, tanto ao seguir sua própria linha de desenvolvimento quanto ao se deparar com resistências frontais, a tornar-se estratégia vencedora (FOUCAULT, 2009, p. 248).

RELATO 2 – Essa é Maria. Maria é militar.

Essa é Maria. Maria é militar.

Maria uma vez tava indo trabalhar em uma escada extra num domingo bem cedo. Ela saiu de casa antes das 6h, rua deserta, e seguiu dirigindo para o trabalho até que menos de dois minutos após percebeu que um carro estava "colando" no seu. Ele encostava e cortava luz e às vezes buzina. Não demorou e Maria já percebeu que se tratava de um tenente com quem havia tido um relacionamento há mais de um ano. Esse mesmo tenente já a havia perseguido antes, no quartel em que trabalhava e uma vez, durante uma atividade em outro quartel, ele passou por trás dela esfregando sua parte íntima. Nessa ocasião Maria se desesperou e relatou o ocorrido pra duas mulheres oficiais superiores que estavam no local, que o chamaram, advertiram enquanto ele fingia que nada aconteceu.

Naquele domingo da escada extra Maria se desesperou. Teve medo que ele causasse um acidente ou algo pior. Maria acelerou tentando fugir, ele emparelhava seu carro com o dela a jogando pro acostamento. Até que conseguiu desviar dele, cruzar um semáforo e fugir. Maria chorou, se sentiu ameaçada, foi a delegacia, ao juizado de violência contra a mulher e a a corregedoria do quartel.

Fonte: Instagram ⁵

Processos foram abertos, testemunhas foram reunidas. Ela conseguiu uma medida protetiva e ele debochava, ria e a chamava de louca quando falavam sobre esse ocorrido. E Maria que já não estava bem, depois dessa relação abusiva, desses assédios e perseguições, foi piorando. Maria começou a ter transtornos psicológicos que trata até hoje.

Ele foi transferido para que diminuísse as chances de cruzar com Maria no quartel que ela trabalhava, mas às vezes ia lá e mesmo tendo que manter distância, passava perto o suficiente pra fazer Maria reviver aquilo tudo.

Não deu mais em nada. Os processos seguem "em andamento". A medida protetiva foi encerrada por não oferecer "mais risco".

Maria tem aprendido a ser mais forte dia após dia, mas carrega sequelas que nem consegue mensurar.

Ele voltou a assediar outra bombeira militar no Quartel. Não podemos mais nos calar!

No segundo relato, também podemos observar como as formas de violência contra a mulher são normalizadas e como as relações de poder são exercidas através da manutenção dos sistemas de dominação. Neste relato, a violência aparece

⁵ https://www.instagram.com/p/CC_7iy6nJ3q/?igshid=cr17uli3kr5t

explicitamente através do *stalking*, do assédio sexual e a normalização dessas atitudes quando coloca que:

Fragmento 5: “*Maria uma vez tava indo trabalhar em uma escala extra num domingo bem cedo. Ela saiu de casa antes das 6h, rua deserta, e seguiu dirigindo para o trabalho até que menos de dois minutos após percebeu que um carro estava “colando” no seu [...] Não demorou e Maria já percebeu que se tratava de um tenente com quem havia tido um relacionamento há mais de um ano.*”

Fragmento 6: “*Esse mesmo tenente já a havia perseguido antes, no quartel em que trabalhava e uma vez, durante uma atividade em outro quartel, ele passou por trás dela esfregando sua parte íntima. Nessa ocasião Maria se desesperou e relatou o ocorrido pra duas mulheres oficiais superiores que estavam no local, que o chamaram, advertiram enquanto ele fingia que nada aconteceu*”

No **fragmento 5**, é perceptível que as ações de *stalking* por parte do tenente é mais uma das formas de perpetuação dos estigmas da mulher proprietizada, que normaliza a violência psicológica, haja vista que as ações de perseguição à vítima, causa danos emocionais que prejudicam o desenvolvimento pleno da mulher.

O *Stalking* é considerado como

uma forma de violência na qual o sujeito ativo invade a esfera de privacidade da vítima, repetindo incessantemente a mesma ação por maneiras e atos variados, empregando táticas e meios diversos: ligações nos telefones celular, residencial ou comercial, mensagens amorosas, telegramas, ramalhetes de flores, presentes não solicitados, assinaturas de revistas indesejáveis, recados em faixas afixadas nas proximidades da residência da vítima, permanência na saída da escola ou trabalho, espera de sua passagem por determinado lugar, frequência no mesmo local de lazer, em supermercados etc. (CABETTE, 2010, s/p.)

Já no **fragmento 6**, tanto quando a vítima relata que fez a denúncia, quanto a partir das advertências feitas pelas oficiais superiores, resultam na atitude desinteressada e normalizadora das relações de dominação do assediador, pode-se observar a perpetuação dos estereótipos da mulher docilizada e inferiorizada na esfera pública, nas instituições de poder, tendo suas ideologias, posições e atitudes de ação e fala desvalorizadas, difundindo os estigmas que promovem todas as formas de violência de gênero, como coloca Foucault em *Vigiar e Punir* como um mecanismo encontrado no **poder disciplinar** que “permite o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõe uma relação de docilidade-utilidade” (FOUCAULT, 1977, p. 126).

Fragmento 7: *“Naquele domingo da escala extra Maria se desesperou. Teve medo que ele causasse um acidente ou algo pior. Maria acelerou tentando fugir, ele emparelhava o carro com o dela a jogando pro acostamento. Até que conseguiu desviar dele, cruzar um semáforo e fugir. Maria chorou, se sentiu ameaçada, foi a delegacia, ao juizado de violência contra a mulher e a corregedoria do quartel”.*

Fragmento 8: *“Ela conseguiu uma medida protetiva e ele debochava, ria e a chamava de louca quando falavam sobre esse ocorrido [...] ele foi transferido para que diminuísse as chances de cruzar com Maria no quartel que ela trabalhava, mas às vezes ia lá e mesmo tendo que manter distância, passava perto o suficiente para fazer Maria reviver tudo aquilo”*

Assim como no fragmento analisado anteriormente, nestes também pode-se observar a perseguição contra a mulher, que no caso deste relato perpetua a progressão e normalização da violência psicológica e que acaba por fragilizar a vítima e desequilibrar sua psique emocional.

Também não é incomum constatar-se a ocorrência nesses casos da chamada “progressão criminosa” em que o agente inicia com uma conduta de “Stalking” que configura infração penal menos gravosa, mas vai aos poucos ou mesmo abruptamente tomando atitudes cada vez mais agressivas e invasivas e atingindo bens jurídicos mais e mais relevantes [...] normalmente as violências de gênero são progressivas, iniciando pela coação psicológica até atingir a agressão física que pode chegar não tão raramente na prática de homicídio (HYRIGOYEN, 2008, *apud* CABETTE, 2010, s/p.)

Dessa forma, é possível compreender que o agressor utiliza da violência psicológica, do assédio sexual, da vigilância constante, do constrangimento e da normalização da dominação masculina como instrumentos de detenção do poder, os quais apresentam estruturas que exercem o poder a partir da ameaça, da importunação e do medo nas estruturas de poder nas relações de gênero.

RELATO 3 – Essa é a história de “Maria” (2)

Essa é a história de “Maria”...

Maria é militar, é soldado, e trabalhava em uma seção com 6 homens, incluindo seu chefe direto, um Major, que dentro da seção, ficava em uma sala menor de onde despachava os documentos. Eles trabalhavam juntos há pouco tempo, mas Maria já tinha ouvido dizer para ter cuidado com ele, pois ele já havia assediado outras militares. Maria tinha uma certa amizade com seus pares, mas com seu chefe ela seguia sem permitir que a relação não fosse extremamente profissional.

Ela só queria evitar problemas, ela sabia que era minoria, ela tinha medo...

Mas o Major, esse se irritava a cada dia mais com Maria, despachava mais documentos, era grosso com ela.

Até que certo dia, Maria e seus colegas conversavam e davam risadas, então o chefe incomodado em não fazer parte, disse a um dos colegas de Maria quando este entrou na sala dele:

_ O que essa cadela está latindo aí?!

Maria sem acreditar no que ouvia, levantou de sua mesa e foi até a sala dele:

_ Desculpe Senhor, o que o Senhor disse?

Fonte: Instagram⁶

Ele sorriu: _ Nada!! estou conversando com seu colega, volte ao seu trabalho!

Mas Maria: _ Não!! Eu ouvi muito bem o que você disse! E ao seu colega, ela o alertou: _ E você também ouviu e será minha testemunha!

Depois disso Maria sofreu deboches, foi motivo de chacota e até retaliações, mas ela não desistiu até que ele fosse transferido de Unidade.

Quantas “Marias” vc conhece? Quantas histórias de “Marias” semelhantes a essa vc já ouviu ou viveu? Quantas situações de assédio sexual, moral, abuso ou “brincadeiras” que menosprezam, difamam ou humilham mulheres vc já tomou conhecimento? Eu fui marcada e desafiada por mta gente pra participar do desafio da foto preto e branco, mas resolvi cumprir meu desafio assim, contando a história de “Maria” dentre tantas que eu ouvi, com uma foto preto e branca, não feliz, não linda e não sorrindo, mas uma foto que represente esse momento, e que represente tantas “Marias!”

Que essas histórias não sejam mais fantasmas a nos assombrar!

Neste relato, podemos compreender alguns aspectos importantes para a análise, sendo eles relacionados à violência contra a mulher. Primeiramente podemos observar que a dominação e as relações de poder patriarcais, bem como as questões de assédio são naturalizadas nas instituições de poder, uma vez que o homem acredita que tem o poder de agir como bem entende sobre o corpo da vítima, pois nada pode acontecer com ele, por estar inserido em uma posição superior na hierarquia do poder nas instituições militares. Podemos observar essa explicação a partir do fragmento 8:

Fragmento 9: *“Maria já tinha ouvido falar para ter cuidado com ele [seu superior], pois ele já havia assediado outras militares. Maria tinha uma certa amizade com seus pares, mas com seu chefe ela seguia sem permitir que a relação não fosse extremamente profissional.”*

Em consequência deste fragmento, podemos afirmar, através das colocações de Bourdieu (2018) sobre a dominação masculina, que o corpo feminino, docilizado, estereotipado como frágil e inferior tendem a ser normalizados por estarmos inseridos em uma sociedade respaldada, ainda hoje, no cristianismo eurocentralizado do século

⁶ https://www.instagram.com/p/CC_7iy6nJ3q/?igshid=cr17uli3kr5t

XV que justifica eclesiasticamente a naturalização da dominação e proprietização da mulher.

Jacques Sprenger, inquisitor, publicou no final do século XV um 'manual da caça as bruxas', no qual fazia referência aos textos sagrados que mencionavam a criação da mulher, justificando sua inferioridade, em decorrência de a primeira delas ter se formado de uma costela defeituosa de Adão, sendo, por tal motivo, um ser vivo imperfeito (BARONI, 2020, s/p).

Perpetuando, assim, as questões de desigualdade de gênero, uma vez que reforçam, tanto a inferiorização da mulher como profissional, quanto as divisões entre o que seria o trabalho da mulher quando está inserida da esfera social de trabalho.

Ademais é possível analisar como o abuso de autoridade se apresenta como um dos instrumentos de manutenção da dominação masculina e da manipulação do poder, quando ela expõe a situação vivenciada:

Fragmento 10: *“Mas o Major, esse se irritava a cada dia mais com Maria, despachava mais documentos, era grosso com ela”.*

Neste fragmento, levando em consideração os fragmentos anteriores, podemos perceber que pelo fato da vítima ter uma relação completamente profissional com seu superior, o agressor faz uso do **poder disciplinar**, para sujeitá-la as suas ações, uma vez que esse poder “permite o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõe uma relação de docilidade-utilidade” (FOUCAULT, 1977, p. 126).

Dessa forma, ela passa a ser constrangida e vista como uma subordinada inferior que serve apenas para cumprir ordens, haja vista que por não manter relações amigáveis com o chefe, acaba trabalhando mais que os outros colegas de trabalho, sofrendo este tipo de repressão como forma de vingança, pelo fato do chefe não obter os resultados que esperava na relação com a vítima, que através dos mecanismos de confronto, busca sessar com os quadros de assédio que o sujeito mulher militar sofre na insituição.

Para ser caracterizado como o crime de Assédio Sexual, é necessário que haja um vínculo de subordinação hierárquica em um vínculo laboral, para constranger a vítima a ter com ele algum tipo de contato sexual. Mas para isso, é necessário que

haja uma ameaça, seja feita de forma explícita ou implícita, através da relação de poder entre o chefe e o subordinado (BARBOSA et al. 2018, s/p.)

Abaixo, mais um fragmento que demonstra claramente tais abusos:

Fragmento 11: *“Até que certo dia, Maria e seus colegas conversavam e davam risadas, então o chefe incomodado em não fazer parte, disse a um dos colegas de Maria quando este entrou na sala dele:*

- O que essa cadela está latindo aí?!

Maria sem acreditar no que ouvia, levantou de sua mesa e foi até a sala dele:

- Desculpe Senhor, o que o Senhor disse?

Ele sorriu: - Nada! estou conversando com seu colega, volte ao seu trabalho!

Mas maria: - Não! Eu ouvi muito bem o que você disse! E ao seu colega, ela o alertou: - E você também ouviu e será minha testemunha!

“Depois disso, maria sofreu deboches, foi motivo de chacota e até retaliações, mas ela não desistiu até que ele fosse transferido de Unidade”

Com relação à este fragmento, podemos observar dois aspectos, o primeiro relacionado, como Foucault (2019) pontua, sobre as estratégias de conflito e luta nas relações de resistência por parte da vítima, que intervem na conversa para se defender, uma vez que há divergência entre elas para com as relações de dominação já impostas pelas insituições de poder, bem como no que se diz respeito à violência psicológica e moral, podemos observar esses comportamentos por meio do constrangimento, de insultos, da humilhação e ridicularização da vítima, quando ela relata sua experiência em relação aos deboches, retaliações que sofreu durante o processo de denúncia sobre o fato ocorrido.

Dessa forma, após analisarmos esses relatos de experiência, conseguimos responder alguns questionamentos levantados a partir dos mecanismos foucaultianos de análise do discurso, sendo eles ligados primeiramente ao objetivo perseguido pelo autor das ações sobre as ações da vítima, que podemos observar que se dá a partir do desejo de dominação e manutenção dos privilégios do gênero masculino, bem como da normalização das ações banais como o assédio e a violência contra a mulher; em segundo lugar, podemos perceber que para manter os mecanismos de poder, os agressores exercem sua força através da coerção, do abuso de autoridade, do sentimento de medo, como parte da modalidade instrumental; e por fim, podemos entender que, ao analisar esses discursos, alguns aspectos históricos internos à eles se ligam inteiramente ao exercício do poder que o agressor impõe sobre a vítima, como as questões de heteronormatividade da sociedade, que perpetuam a visão da

mulher como propriedade do homem nas questões de gênero, além de objetificar o papel da mulher como inferior nas instituições da esfera pública, bem como de estigmatizar a figura feminina como frágil, dócil, suscetível à submissão

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo da pesquisa foi analisar por meio das teorias de Foucault o modo como o sujeito mulher é constituído através dos relatos de experiência dispostos no *Instagram*, especificamente, disponíveis na página @camilapaivabm, averiguando de que maneira o sujeito mulher foi formado através dos tempos, considerando os obstáculos presentes, como a violência, a subordinação, a inferiorização e os estigmas de fragilidade dispostos pelos sistemas de dominação.

Além de analisarmos a partir da perspectiva Foucaultiana sobre o discurso, fizeram parte do arcabouço teórico do trabalho as teorias de Birolli (2014), Beauvoir (2016), Bourdieu (2018) para compreendermos as relações de dominação que sobrepujam o sujeito mulher aos estereótipos de mulher frágil, dócil e “adestrada”, explicando pelas teorias, além da forma como o machismo, a opressão e a violência surgem como mecanismos de mantimento e manutenção de poder e do status quo da sociedade.

Ao discutirmos as relações de poder e dominação, bem como a forma como essas relações constituem uma sociedade patriarcal, desigual, machista, opressora, percebemos que o sujeito mulher, diante das instituições militares, ainda têm seus ideais deturpados na esfera pública, haja vista que esta é dotada de preconceitos, que culturalmente, a partir do pensamento eurocristão, perpetua estigmas que inferiorizam a mulher e as colocam em papel de subserviência aos homens.

REFERÊNCIAS

Michel Foucault. Como se exerce o poder? In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica..** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

Michel Foucault. **História da Sexualidade: A Vontade de Saber.** Rio de Janeiro: Graal, 1988.

Michel Foucault. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert L; RABINOW, Paul. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009, p. 231-250.

Michel Foucault. **A Ordem do Discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**; tradução por Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

BARBOSA, Luisa Rocha Arleo *et al.* **Assédio Sexual, violência de gênero e relações de poder**. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, 2018. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/69354/assedio-sexual-violencia-de-genero-e-relacoes-de-poder>> Acesso em: 14 nov. 2020.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Tradução Sérgio Milliet, 3. ed. - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BIROLI, Flavia; MIGUEL, Luiz Felipe. **Feminismo e Política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.

BORGES, Izabella. **Stalking sistêmico: um olhar complexo sobre o assédio persistente contra a mulher**. Revista Consultor Jurídico, 15 de julho de 2020. Disponível em <<https://www.conjur.com.br/2020-jul-15/escritos-mulher-olhar-complexo-assedio-persistente-mulher>> Acesso em: 15 nov. 2020.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kühner, 6. ed. - Rio de Janeiro: Bestbolso, 2018.

CABETTE, Eduardo Luiz Santos. **"Stalking" ou assédio por intrusão e violência contra a mulher**. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 15, n. 2648, 1 out. 2010. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/17526>. Acesso em: 15 nov. 2020.

CAMARGO, Wainesten. Mulheres nas Forças Armadas: desenvolvimento histórico-jurídico da participação feminina na defesa nacional. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 24, n. 5727, 7 mar. 2019.

FERNANDO, Robson. **Androcentrismo: até onde vai a subjugação da mulher na linguagem?**. 2019. Disponível em <<https://take.net/blog/designers/androcentrismo-na-linguagem>> Acesso em: 14 nov. 2020.

FOUCAULT, Michel. **A Microfísica do Poder**. 10ª ed. organização, introdução e revisão técnica por Roberto Machado - Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. **Tipos de violência**. Disponível em <<https://www.institutomariadapenha.org.br/lei-11340/tipos-de-violencia.html>> Acesso em: 14 nov. 2020.

KLAPISCH-ZUBER, Christiane. As normas do controlo. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. (Dir.) **História das mulheres: a Idade Média**. São Paulo: Afrontamento, 1990.

OLIVEIRA, Francisco Malta de., COUTINHO, Caroline Marci Fagundes, FERREIRA, Maria da Luz Alves. **O trabalho feminino na polícia militar: considerações sobre a realidade laboral das polícias militares**. Disponível em <<https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/7381/5212>> Acesso em 16 nov. 2020.

OLIVEIRA, Francisco Malta de.; COUTINHO, Caroline Marci Fagundes; FERREIRA, Maria da Luz Alves. **O trabalho feminino na polícia militar: considerações sobre a realidade laboral das polícias militares**. Disponível em

<<https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/7381/5212>.> Acesso em: 14 nov. 2020.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**, tradução por Angêla M. S. Côrrea, 2. ed. São Paulo: Contexto, 2019.

RODRIGUES, Valéria Leoni. **A IMPORTÂNCIA DA MULHER**. s/d. Disponível <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/729-4.pdf>>.

SILVA, Glauce Cerqueira Corrêa da. *et al.* A mulher e sua posição na sociedade: da antiguidade aos dias atuais. **Rev. SBPH**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 65-76, dez. 2005.

TARDIN, Elaine Borges; LIMA, Lana Lage da Gama. **A mulher militar brasileira no século XXI: antigos paradigmas, novos desafios**. 2015. Disponível em <<https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/12145/1/13609-36457-1-SM.pdf>.> Acesso em: 16 nov. 2020.

GUIMARÃES, Fernanda; SANTANA, Elis; PALMEIRA, Matheus; SOUTO, Marina; ROCHA, Bruna. **A Participação Feminina nas Forças Armadas Brasileiras e seus Desafios Contemporâneos**. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/artigos/xvi_cadn/aa_participacao_feminina_nas_forcas_armadas_brasileiras_e_seus_desafios_contemporaneos.pdf>. Acessado em: 16 nov. 2020.